



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

## EDITAL DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº90003/2026**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PAE/SEI: Nº 0000322-61.2026.4.01.8013**

**CÓDIGO UASG: 090039**

### **LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**A SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA**, por intermédio do Pregoeiro designada pela Portaria n. 31/2025. – SECAD, torna pública a abertura de procedimento licitatório Pregão, do tipo menor preço, POR ITEM, mediante modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, a ser realizado por meio da tecnologia da informação, obedecidos os preceitos da legislação abaixo, subordinando-se às condições e exigências estabelecidas neste Edital:

#### GERAIS:

- Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 - Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – Institui o Estatuto das ME e EPP, alterada pela LC n. 147/2014;
- Decreto, 8.538, de 06 de outubro de 2015 – Regulamenta o tratamento favorecido às ME e EPP;
- Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 – Regulamenta o Sistema de Registro de Preços;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

#### **1) DO OBJETO**

1.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de copa e cozinha para a Seção Judiciária de Roraima, conforme especificações mínimas e quantidades estimadas constantes no Anexo I deste Edital;

1.2 - Observe-se que as especificações contidas no Edital SEMPRE prevalecerão em relação àquelas contidas no código BR do Portal Compras Governamentais

1.3 Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes anexos:

- - **ANEXO I** - Termo de Referência 25043594
- - **ANEXO II** - Minuta da Ata de Registro de Preços 25045643
- - **ANEXO III** - Planilha de Preço Médio 25045621

## 2) **DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- Data: 26/05/2026
- Hora: 09:00(horário de Brasília)
- Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

2.1 - Não havendo expediente na data marcada, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.

## 3) **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso;

3.2 - A partir da vigência da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, o licitante se obriga a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

3.3 - As quantidades previstas no Termo de Referência (ANEXO I) é estimativa máxima para o período de validade da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, reservando-se à Seção Judiciária de Roraima o direito de adquirir em cada item o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir quaisquer dos itens especificados;

3.4 - Será formado cadastro de reserva, nos termos estabelecidos no artigo 18 do decreto 11.462/23;

3.5 - Para formação do cadastro, os licitantes deverão registrar a intenção de participar do cadastro de reserva, em campo próprio no *menu* do sistema *comprasnet* após a convocação do pregoeiro;

3.6 - A revisão ou cancelamento da ata de registro de preços ocorrerá na forma estabelecida no capítulo VI, do decreto n. 11.462/23;

3.7 - O vencedor terá o prazo de dois dias úteis para recebimento da nota de empenho, assinatura da ata de registro de preços e/ou do contrato, contados a partir da convocação da Justiça Federal de Roraima nos termos do art. 90 da Lei 14.133/2021, devendo para tanto realizar o cadastro para usuário externo conforme item 18.4 deste edital;

3.8 - O Contratado fica obrigado a informar quaisquer alterações de endereço, telefone e email, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

#### 4) **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1- Poderão participar deste pregão eletrônico, exclusivamente, as microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com o disposto no art. 6º do Decreto 8.538/2015, que atendam todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação, e que estiverem devidamente credenciados no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

4.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

4.3 - O credenciamento no sistema *comprasnet* implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

4.4 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Seção Judiciária de Roraima responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

4.5 - Não será permitida a participação de empresas:

4.5.1 - cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;

4.5.2 - reunidas em consórcio ou que sejam controladoras ou controladas, coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si, ou subsidiárias entre si para fins de execução desse objeto;

4.5.3 - que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores e insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.5.3.1 - empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que apresentem certidão emitida pela instância competente que aprovou e homologou o plano de recuperação judicial na forma do art. 58 da lei 11.101/2005, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 14.133/21;

4.5.4 - suspensas temporariamente de participar em licitações e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção nos termos do art. 156, inciso III e § 4º da Lei nº. 14.133/21;

4.5.5 - que estejam sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.98 (Lei de Crimes Ambientais);

4.5.6 - que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/21 e nos arts. 1º, 2º e 4º da Resolução nº 156/2012 – CNJ, alterada pela Resolução nº 186, de 18/02/2014;

**4.5.7 - que não se enquadrem na condição de microempresas e empresas de pequeno porte;**

4.5.8 - declaradas inidôneas para licitar ou para contratar com a Administração Pública

4.5.9 - impedida de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção

aplicada, nos termos do art. 156, §5º da Lei nº. 14.133/21;

4.5.10 - cujo sócio majoritário esteja proibido de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, por ato de improbidade, nos termos da Lei n. 8.429/92;

4.5.11 - que constam no Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS, banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União - CGU, que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública. Esse Cadastro abrangerá, também, os condenados pelo Poder Judiciário por ato de improbidade administrativa, cujos dados são fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça a partir do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNCIA, bem como a lista de inidôneos declarados pelo Tribunal de Contas da União - TCU, nos termos do art. 46 da Lei n. 8.443/92.

4.6 - A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.7 - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.8 - Caso a empresa licitante não cumpra os prazos estipulados pelo pregoeiro e postados no chat para dirimir dúvidas ou apresentar esclarecimentos, a proposta será desclassificada para o item em questão.

4.9 - Incluem-se na vedação estabelecida no subitem 4.5, as hipóteses previstas no art. 14 da Lei 14.133/21;.

4.10 - É vedada, ainda, a participação nesta licitação de entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), atuando nessa condição (Acórdão TCU n. 746/2014-Plenário).

## 5) **DA ELABORAÇÃO E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

5.1- As Propostas de Preços deverão:

5.1.1 - Atender ao disposto no Termo de Referência, ANEXO I deste edital;

5.1.2 - Conter o valor unitário do item, bem como conter as especificações detalhadas do objeto de forma clara, mediante cadastramento no sistema “Pregão Eletrônico”, até o dia e hora previstos neste edital;

5.1.3 - Conter o preço ofertado consignado em moeda nacional, expressa em algarismos e por extenso, com duas casas decimais após a vírgula;

5.1.4 - Ser redigidas em português, sem emendas, rasuras, cotações alternativas ou entrelinhas, fazendo constar nome e o número do registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

5.1.5 - Informar o **prazo de validade da proposta**, que **não** poderá ser **inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, contado do dia da aceitação da proposta, no sistema;

5.1.6 - Fixar **prazo para entrega e garantia dos materiais/serviços**, conforme Anexo I - Termo de Referência;

5.1.7 - Consignar o preço unitário e total, ficando estabelecido que na hipótese de divergência entre um e outro, a pregoeira adotará o unitário para fins de apuração do real valor da proposta;

5.1.8 - Incluir no preço ofertado todos os custos decorrentes da operação de venda, tais como: transporte, mão-de-obra, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalagens, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à efetivação do fornecimento na forma prevista neste Edital.

5.2 - Ao cadastrar-se a proposta no <https://www.gov.br/compras/pt-br>, a indicação da marca e/ou fabricante do item ofertado, bem como suas especificações, deverá ser obrigatoriamente registrada nos campos **MARCA, MODELO e DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E/OU SERVIÇO OFERTADO (conforme o caso)**, sob pena de desclassificação da proposta.

5.3 - A apresentação da proposta implicará, por parte da proponente, plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5.4 - Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado até a data e hora marcadas para abertura da sessão por meio do sistema “Pregão Eletrônico”, quando será encerrada automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.5 - A proposta inicial equivale ao primeiro lance na licitação e, se lançada indevidamente, poderá ser desclassificada, com isso o fornecedor não poderá mais participar do certame.

5.6 - Os preços propostos não poderão ser reajustados para maior.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.8 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

## 6) **DO ENVIO DE ANEXOS, FOLDERS E AMOSTRAS**

6.1 - Na fase de aceitação das propostas, o licitante **poderá** ser convocado para encaminhar documentos (**folders, manuais, certificados, declarações, etc**) ou **amostras dos itens ofertados** que possibilitem a avaliação técnica do produto e/ou serviços objeto da licitação.

6.2 - A convocação de anexos será feita no decorrer da sessão, via sistema, os quais deverão ser enviados imediatamente ou, no caso de inoperância do sistema, no prazo estipulado pelo pregoeiro.

6.3 - As amostras solicitadas deverão ser apresentadas em no máximo cinco dias úteis após requisitadas via sistema, devidamente identificadas com o número da licitação, nome da licitante e o número do item, sob pena de desclassificação da proposta.

6.4 - As amostras apresentadas serão analisadas com o objetivo de aferir a qualidade e compatibilidade com as especificações contidas nos Anexos deste

Edital, bem como as consignadas na proposta apresentada.

6.5 - As amostras ou protótipos aprovados permanecerão em poder da Seção Judiciária de Roraima para confrontação quando da entrega dos materiais ofertados enquanto que aqueles reprovados deverão ser retirados em até 10 dias úteis, após a divulgação do resultado da licitação.

6.6 - Em nenhuma hipótese as amostras ou protótipos apresentados serão tidos como início de entrega dos materiais ofertados.

6.7 - O Pregoeiro poderá, mediante pesquisa por meio da internet, verificar a compatibilidade do material ofertado pela licitante com o exigido no Termo de Referência deste edital.

6.8 - A licitante que não enviar seus anexos ou amostras, quando convocada, terá sua proposta desclassificada para o item em questão.

## **7) ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

7.1 - A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/comprasnet-siasg>

7.2 - Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

7.3 - O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assim como para as informações e recomendações efetuadas pelo Pregoeiro, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, pelo Pregoeiro ou decorrentes de sua desconexão, não cabendo alegações posteriores de desconhecimento.

7.4 - Após o fechamento da etapa competitiva de oferta de lances, serão efetuadas as fases de aceitação, habilitação e posterior julgamento das propostas pelo critério estabelecido no edital, sendo imprescindível que todas as empresas permaneçam logadas no sistema eletrônico.

7.5 - Na hipótese de serem detectados erros ou falhas sanáveis nas propostas ou nos documentos de habilitação apresentados durante a fase de análise da aceitação dos mesmos, o Pregoeiro poderá determinar à licitante vencedora mediante decisão fundamentada e registrada em ata, que efetue os respectivos ajustes desde que não alterem a substância e a validade jurídica das propostas e documentos apresentados, sendo vedada inclusive a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente da proposta.

7.6 - O pregoeiro poderá suspender a sessão de pregão caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas e documentos apresentados ou promover diligências destinadas ao saneamento, elucidação ou complementação da instrução do processo em qualquer fase da licitação e sempre que julgarem necessário.

**7.7 - Em caso de suspensão o Pregoeiro comunicará às licitantes previamente via sistema com antecedência de, no mínimo 24 horas, a data e o horário de reabertura da sessão pública.**

7.8 - Havendo necessidade de apresentação de documentos complementares à proposta e à habilitação, nos casos permitidos neste edital, os documentos deverão

ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 hora, após solicitação do pregoeiro.

## 8) **CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

8.1 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.2 - A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

## 9) **DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES) MODO ABERTO E FECHADO**

9.1 - Aberta a etapa fase competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

**9.2 - Os lances deverão ser formulados pelo VALOR UNITÁRIO proposto para o ITEM.**

9.3 - Os lances oferecidos pela licitante deverão possuir valor inferior em relação ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

9.4 - Não serão admitidos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

**9.5 - No modo de disputa aberto e fechado, a oferta de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances. A partir desse aviso, transcorrerá período aleatoriamente determinado de até dez minutos, que encerrará de maneira automaticamente a recepção de lances.**

9.6 - Encerrado o prazo de que trata o item 9.5, o sistema abrirá oportunidade para que o licitante com a melhor oferta (menor valor ou maior desconto) e os proponentes das ofertas com valores de até 10% superiores ou com descontos de até 10% inferiores à melhor oferta possam oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

9.7 - O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance;

9.7 - Não havendo três ofertas nas condições acima estabelecidas os licitantes dos melhores lances subsequentes, **até o máximo de três**, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que também será sigiloso até o encerramento do prazo.

9.8 - Na ausência de lance final e fechado classificado nas hipóteses acima, haverá o reinício da etapa fechada, para que **os demais licitantes, até o máximo de três**, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final, fechado e sigiloso até o final do prazo de até cinco minutos.

9.9 - Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro motivadamente poderá admitir o reinício da etapa fechada, nos moldes previstos no item 9.9.

9.10 - Após a etapa de lances o sistema ordenará as propostas por ordem de vantajosidade, conforme o caso.

9.11 - No caso de empate, havendo ou não a oferta de lances, serão aplicados os critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no art. 60º da Lei nº 14.133/21 se não houver licitantes que atenda à hipótese da LC 123/2006 e, persistindo o empate, o sistema eletrônico elegerá automaticamente a proposta vencedora por meio de sorteio, dentre as propostas empatadas.

9.12 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas no art.156 da Lei 14.133/2021 de forma isolada ou cumulativamente. Entretanto, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

## 10) **DESCONEXÃO DO PREGOEIRO**

10.1- No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.2 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

## 11) **NEGOCIAÇÃO**

11.1 - Após a fase de lances, o pregoeiro deverá encaminhar, contraproposta ao licitante que tenha apresentado melhor preço, para que se obtenha melhor proposta nas estritas condições previstas no edital.

11.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, via chat, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

11.3 - Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, o licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras Governamentais, por meio da opção “Enviar Anexo”, a proposta ajustada ao lance ou à negociação, bem como documentos complementares reputados necessários, mercê de eventuais particularidades reconhecidas pelo pregoeiro.

11.4 - A pedido da licitante, via chat e justificadamente, o prazo concedido para envio do anexo a que se refere o item acima poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, levando-se em conta o interesse desta Seccional, a justificativa e a razoabilidade do pleito.

11.5 - A licitante que deixar de enviar a proposta indicada no subitem 11.3 no prazo estipulado, sem que tenha apresentado justificativa aceita pelo Pregoeiro, terá sua proposta recusada ficando ainda sujeita à aplicação de penalidade, na forma deste Edital.



11.6 - Não se obtendo proposta compatível com o estimado para a contratação, o Pregoeiro recusará a proposta e direcionará contraproposta à licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a obtenção do melhor oferta julgada aceitável.

## 12) **JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

12.1 - O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

12.2 - Após negociação, por meio do sistema eletrônico, com a licitante autora da melhor proposta, o pregoeiro examinará sua adequação ao objeto e a compatibilidade dos preços em relação ao que foi estipulado para a contratação.

12.3 - Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.4 - Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas neste Edital.

12.5 - Levar-se-á em consideração o valor ofertado pelas licitantes, devendo ser declarada vencedora aquela que, habilitada, seja também a autora do menor preço julgado aceitável pelo Pregoeiro.

12.6 - Serão desclassificadas as propostas:

12.6.1 - Com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis ou valores totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou iguais a zero;

12.6.2 - As propostas cujas especificações não atendam as solicitadas do Termo de referência;

12.6.3 - Elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e seus Anexos, observando o disposto no art. 47, do Decreto 10.024/2019;

**12.6.4 - Não enviadas nos prazos estipulados.**

## 13) **DA HABILITAÇÃO**

**13.1** - A documentação para habilitação deverá ser encaminhada concomitantemente com a proposta de preços até a data e horário fixados pelo Pregoeiro para abertura da sessão pública.

13.2 - Como condição prévia a análise da documentação de habilitação da licitante com a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) - SICAF;

b) - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União  
(<http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>);

c) - prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal), mediante Certidão Conjunta relativa a **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** (Portaria Conjunta 03, de 22/11/2005 da PGFN e SRF);

d) - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

13.2.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

13.2.2 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

**13.3 - Para fins de habilitação jurídica e econômico-financeira neste pregão eletrônico, será realizada consulta ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, além da verificação da regularidade fiscal que se dará pela análise da validade dos documentos abaixo:**

a) - prova de regularidade com o **INSS**;

b) - prova de regularidade do **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**;

c) - prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal), mediante Certidão Conjunta relativa a **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** (Portaria Conjunta 03, de 22/11/2005 da PGFN e SRF);

d) - prova de regularidade quanto a Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011).

13.4 - Constitui também, condição de habilitação, declaração, mediante marcação em campo próprio do sistema eletrônico, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos de idade, salvo na condição de aprendiz nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da CF e Lei 9.854/99.

13.5 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da empresa; será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do Pregoeiro a contar do momento em que se declarar o vencedor do certame para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.6 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

## **14) DAS SANÇÕES**

14.1- O fornecedor ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas

seguintes infrações:

- a) - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) - dar causa à inexecução total do contrato;
- d) - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto desta licitação sem motivo justificado;
- h) - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa nesta licitação ou a execução do contrato;
- i) - fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta licitação;
- l) - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.

14.2 - O fornecedor ou contratado ficará impedido de licitar e contratar com a União pelo prazo de até seis anos, (art. 156, §5º da Lei 14.133/2021), sem prejuízo das multas previstas no contrato e demais cominações legais, se praticar os atos previstos nas alíneas: h, i, j, k e l.

14.3 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

## **15) DOS RECURSOS E DAS IMPUGNAÇÕES**

15.1 - Qualquer pessoa que pretender impugnar os termos deste Edital deverá fazê-lo por meio de expediente escrito dirigido ao Pregoeiro, exclusivamente na forma eletrônica, observada a antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, contados da data fixada para abertura da sessão pública.

15.2 - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que não o fizer no prazo e forma previsto no subitem anterior, não revestindo natureza de recurso as alegações apresentadas por empresa que tendo aceitado sem objeção o instrumento convocatório, venha, após julgamento desfavorável, alegar falhas ou irregularidades que o viciariam.

15.3 - A impugnação feita tempestivamente será decidida pelo Pregoeiro no prazo de dois dias úteis.

15.4 - Os pedidos de esclarecimento serão recebidos pelo Pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico (cpl.rr@trf1.jus.br), observada a antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, contados da data fixada para abertura da sessão pública, os quais serão respondidos no prazo de dois dias úteis contados da data do recebimento do pedido.

15.5 Declarada a empresa vencedora, qualquer licitante poderá, durante a Sessão Pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo da recorrente.

15.6 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem anterior, importará na decadência desse direito, ficando a Autoridade Competente autorizado a adjudicar o objeto a licitante declarada vencedora.

15.7 - Os recursos contra a decisão do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.

15.8 - Os recursos contra anulação ou revogação da licitação, rescisão do contrato, bem como contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que se verificar a intimação dos interessados.

## 16) **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1 - A despesa decorrente da contratação do objeto da presente licitação correrá à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Seção Judiciária de Roraima ou a ela provisionados, os quais serão discriminados na respectiva Nota de Empenho.

## 17) **DO PAGAMENTO**

17.1 - O pagamento será efetuado mediante apresentação de nota fiscal, em duas vias, devendo constar no documento o nome do banco, agência, número da conta corrente e número do empenho e será entregue ao executor do contrato nomeado, que fará o atesto e a verificação da regularidade fiscal do fornecedor.

17.2 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que **devidamente regularizados**.

17.3 - Após a aceitação dos serviços/material pela SJRR, o pagamento será efetuado de acordo com o prazo previsto no Anexo I deste edital.

## 18) **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

18.1 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica na plena aceitação das condições estipuladas neste Edital e seus

Anexos.

18.2 - A Seção Judiciária de Roraima poderá adiar ou revogar a presente licitação, por interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, ficando nesse último caso, desobrigado de indenizar, ressalvado o disposto na lei 14.133/2021 e suas alterações.

18.3 - Após homologação pela autoridade competente, as decisões do Pregoeiro serão consideradas definitivas.

**18.4 - ATENÇÃO: Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução PRESI SECGE 16, de 03/09/2014. Para tanto, as empresas vencedoras, após a homologação do Certame, deverão obrigatoriamente, efetuar, no prazo de 03 (três) dias úteis o cadastramento para acesso externo no Sistema Eletrônico de informações (SEI) no endereço [https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0), sob pena de aplicação das penalidades previstas no item 14 deste Edital.**

18.5 - O vencedor terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para recebimento da nota de empenho, assinatura da ata de registro de preços e/ou do contrato, contados a partir da convocação da Justiça Federal de Roraima nos termos do art. 90 da Lei 14.133/21, devendo para tanto realizar o cadastro para usuário externo conforme item 18.4 deste edital.

18.6 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18.7 - Alterações das condições deste Edital, bem como informações adicionais, serão divulgadas na "homepage" da Seção Judiciária de Roraima ([www.jfrr.jus.br](http://www.jfrr.jus.br) e <https://www.gov.br/pncp/pt-br>), ficando as licitantes obrigadas a acessá-las para ciência.

Boa Vista - RR, na data da assinatura eletrônica.

## COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DE EDITAIS



Documento assinado eletronicamente por **Nancis Tereza Danieli Lima, Técnico Judiciário**, em 07/05/2026, às 09:59 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Salazar de Souza, Técnico Judiciário**, em 07/05/2026, às 12:57 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Magno Martins Viana, Supervisor(a) de Seção**, em 08/05/2026, às 09:24 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **25064876** e o código CRC **A1909516**.

---

---

Av. Getúlio Vargas, 3999 - Bairro Canarinho - CEP 69306-545 - Boa Vista - RR - [www.trf1.jus.br/sjrr/](http://www.trf1.jus.br/sjrr/)  
0000322-61.2026.4.01.8013 25064876v4



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS MINUTA - SJRR-SELIT

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. XX/2026

**Processo n. 0000322-61.2026.4.01.8013**

**Pregão Eletrônico n. XX/2026**

A União, por ato da Justiça Federal de 1ª Instância - **Seção Judiciária de Roraima**, com registro no CGC/MF n. 05.438.430/0001-03 e sede na Av. Getúlio Vargas, 3999, Bairro Canarinho, Boa Vista RR, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, neste ato representada pelo Diretor Administrativo, **Nilton Dall'Agnol**, CPF n. 454.918.010-20, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria/DIREF 201, de 29/09/2023, assinado pelo Diretor do Foro da Seção Judiciária de Roraima, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO N. XX/2026**, e observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro, resolve registrar os preços cotados, relativamente aos produtos especificados no Anexo I do edital, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelo licitante classificado em primeiro lugar, por item. Este instrumento não obriga a ADMINISTRAÇÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do(s) objeto(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdades de condições. A Administração designará um gerente para o acompanhamento dos preços registrados. Os preços ofertados, especificação, quantidade estimada, marcas, empresa e representante legal, encontram-se enunciados no anexo da presente ata. **O presente registro de preços terá o prazo de vigência de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP**, conforme art.22 do Decreto-Lei n.º 11462/2023. A assinatura da presente ata implicará plena aceitação, por parte do fornecedor, das condições estabelecidas no Edital de licitação e seus Anexos. A presente Ata será divulgada no site da SJRR no portal da internet no endereço **<https://trf1.jus.br/sjrr>**, bem como publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme disposto no art.54 da Lei 14.133/2021. Quaisquer alterações somente poderão ser realizadas mediante termo aditivo formalizado entre as partes. Para dirimir questões oriundas do presente contrato, fica eleito o Foro da Seção Judiciária de Roraima. Eu, **Magno Martins Viana**, Supervisor da Seção de Compras e Licitações lavrei o presente Termo com vista da Assessoria Jurídica desta Seccional.

**ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. XX/2026  
REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N. XX/2026**

**ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E PREÇOS REGISTRADOS**

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços acima especificada, celebrada entre a **SJRR** e o **fornecedor abaixo qualificado**, cujo preço, fica registrado **por item**, observada a ordem de classificação, objetivando o compromisso de **fornecimento de material de copa e cozinha** para a Seção Judiciária de Roraima.

**\*A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.**

## **1. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

1.1 O órgão gerenciador será a Justiça Federal de 1ª Instância - Seção Judiciária de Roraima (UASG 090039).

1.2 Há somente o seguinte órgão participante: UASG 160482 - 1ª Brigada de Infantaria de Selva/RR.

## **2. DA ADESÃO À ATA DE PREÇOS**

2.1 Será permitida a adesão à ata de registro de preços e entidades não participantes, desde que observadas as regras e condições dispostas nos arts. 31 e 32 do Decreto nº 11.462/2023, inclusive os limites previstos nos incisos I e II do *caput* do art. 32, bem como os incisos I e XI do art. 7º do dispositivo legal, e as normas constantes na Lei nº 14.133/2021.

2.2 Serão observadas as regras estabelecidas pelo art.32 do Decreto-Lei 11.462/2023 para o estabelecimento do limite de adesões a Ata.

## **3. VALIDADE DA ATA**

3.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, mediante a anuência do fornecedor, conforme disposto no art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

## **4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

4.1 As regras para alteração, atualização e negociação dos preços registrados são aquelas especificadas nos arts. 25 a 27, do Decreto nº 11.462/2023.

4.2 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



4.2.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

4.2.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem uma negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na

ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o que disciplina a lei 14.133/2021 e o decreto 11.462/2023.

5.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do artigo 27 do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, conforme dispostos no § 3º do artigo 26, e § 4º do artigo 27, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5 Sem prejuízo aos itens mencionados anteriormente para cancelamento do registro do licitante vencedor e dos preços registrados as partes estarão sujeitando-se às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis.

## **8. DAS PENALIDADES**

8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos.

8.1.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1 e no art. 28 do Decreto nº 11.462/2023, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1 As condições gerais de execução e fornecimento do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

9.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da lei 14.133/2021, **nos termos do art. 23, do decreto 11.462/2023.**

9.3 Compõe anexo a esta ata de registro de preços, nos termos do art. 18, II, do decreto 11.462/2023, a relação dos licitantes que formam o cadastro de reserva.

9.4 Em consonância com o art. 15, VII, do decreto 11.462/2023, é vedada a participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata que, depois de lida e achada em ordem, foi assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Boa Vista-RR, na data da assinatura eletrônica.

<p><b>Nílton Dall’Agnol</b> Diretor da Secretaria Administrativa</p>	<p>_____ Empresa XXXXXX CNPJ XXXXXXXXXXXX Por seu sócio - proprietário/representante legal XXXXXXX CPF: XXXXXXXX</p>
--	--

Anexo  
Cadastro de Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

FORNECEDOR:							
CNPJ:				Fone:		Fone/Fax:	
END:				CEP:			
Optante do Simples: ( ) Sim				E-mail:			
Representante Legal:							
Cargo que Ocupa:				CPF:		Fone:	
Banco:				Agência:		C/C:	
Item	Und	Qtd. SJRR	Qtd. Comando do Exército - 1ªBrigada de Infantaria de Selva /RR	Total	DESCRIÇÃO	Valor Unitário	Valor Total
1	Un	100	50	150	Garrafa térmica, formato cilíndrico, material aço inoxidável, capacidade 1000ml, tamanhos aproximados(±10%) de diâmetro 90mm, altura 322mm, características adicionais com tampa rosqueável, em plástico atóxico na cor preto, trava de segurança, em pressão(sistema serve-jato). Ampola material em vidro substituível, sem falhas, sem rachaduras, com quantidade de 2 paredes, material das paredes de vidro com fina		

					camada nitrato prata. Serve sem destampar.		
2	Un	2	10	12	Caneca, inox, capacidade aproximada (+ ou - 15%) 2 litros, fervedor - caneca, material aço inoxidável, capacidade 2 litros, uso copa e cozinha, características adicionais fervedor.		
3	Un.	100	2.000	2.100	Garfo de mesa em aço inoxidável de alto padrão, liso. Dimensões aproximadas (+ ou - 15%): comprimento 203 mm, espessura 2,50 mm.		
4	Un.	100	2.000	2.100	Faca de Mesa, em aço inox, Dimensões aproximadas (+ ou - 15%): 247x26x21 mm.		
5	Un.	100	2.000	2.100	Colher de mesa em inox, com espessura mínima de 1,0 mm, comprimento mínimo 19cm, cabo em inox, primeira linha.		
6	Un.	2	25	27	Colher em madeira, tratada para uso em alimentos. Dimensões aproximadas ( $\pm 20\%$ ) 35 x 7 x 1 cm.		
7	Un.	2	25	27	Colher em madeira, tratada para uso em alimentos. Dimensões aproximadas ( $\pm 20\%$ ) 60 x 10 x 1 cm.		
					Acendedor automático de fogão(lume) para acender queimadores de distância segura. Substitui o uso do fósforo. Não gera		

8	Un.	5	50	55	chamas, apenas faíscas; indicado para: fornos, fogões, aquecedores, acender álcool líquido e álcool gel, etc.		
9	Un.	2	20	22	Caldeirão em alumínio nº 30 "com bordas viradas", cabo em alumínio, com tampa em alumínio, capacidade aproximada (+ ou - 15%) 20 litros		
10	Un.	2	20	22	Faca para cortar pão em inox 7" (sete polegadas), cabo em propileno.		
11	Un.	100	100	200	Xícara com pires em porcelana branca, capacidade aproximada de 200 ml (+ ou - 20%), diâmetro aproximado de 8cm (+ ou - 20%).		

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:



Documento assinado eletronicamente por **Magno Martins Viana, Supervisor(a) de Seção**, em 04/05/2026, às 14:52 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **25045643** e o código CRC **334BA390**.



**PLANILHA DE PREÇO MÉDIO**  
**PAe SEI n.0000322-61.2026.4.01.8013**

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	150	UND	Garrafa térmica, formato cilíndrico, material aço inoxidável, capacidade 1000ml, tamanhos aproximados(±10%) de diâmetro 90mm, altura 322mm, características adicionais com tampa rosqueável, em plástico atóxico na cor preto, trava de segurança, em pressão(sistema serve-jato). Ampola material em vidro substituível, sem falhas, sem rachaduras, com quantidade de 2 paredes, material das paredes de vidro com fina camada nitrato prata. Serve sem destampar.	R\$125,79	R\$18.868,50
2	12	UND	Caneca, inox, capacidade aproximada (+ ou - 15%) 2 litros, fervedor - caneca, material aço inoxidável, capacidade 2 litros, uso copa e cozinha, características adicionais fervedor.	R\$118,90	R\$1.426,80
3	2100	UND	Garfo de mesa em aço inoxidável de alto padrão, liso. Dimensões aproximadas (+ ou - 15%): comprimento 203 mm, espessura 2,50 mm.	R\$3,88	R\$8.148,00
4	2100	UND	Faca de Mesa, em aço inox, Dimensões aproximadas (+ ou - 15%): 247x26x21 mm.	R\$2,89	R\$6.069,00
5	2100	UND	Colher de mesa em inox, com espessura mínima de 1,0 mm, comprimento mínimo 19cm, cabo em inox, primeira linha.	R\$3,68	R\$7.728,00
6	27	UND	Colher em madeira, tratada para uso em alimentos. Dimensões aproximadas (±20%) 35 x 7 x 1 cm.	R\$12,52	R\$338,04
7	27	UND	Colher em madeira, tratada para uso em alimentos. Dimensões aproximadas (±20%) 60 x 10 x 1 cm.	R\$17,96	R\$484,92
8	55	UND	Acendedor automático de fogão(lume) para acender queimadores de distância segura. Substitui o uso do fósforo. Não gera chamas, apenas faíscas; indicado para: fornos, fogões, aquecedores, acender álcool líquido e álcool gel, etc.	R\$17,32	R\$952,60
9	22	UND	Caldeirão em alumínio nº 30 "com bordas viradas", cabo em alumínio, com tampa em alumínio, capacidade aproximada (+ ou - 15%) 20 litros.	R\$146,17	R\$3.215,74
10	22	UND	Faca para cortar pão em inox 7" (sete polegadas), cabo em propileno.	R\$23,99	R\$527,78
11	200	UND	Xícara com pires em porcelana branca, capacidade aproximada de 200 ml (+ ou - 20%), diâmetro aproximado de 8cm (+ ou - 20%).	R\$92,05	R\$18.410,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$66.169,38</b>

Boa Vista - RR, 04 de Maio de 2026

Seção de Compras e Licitações - SELIT/SJRR





SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de copa e cozinha, conforme itens e especificações constantes deste Termo de Referência, para atendimento às necessidades da **Seção Judiciária de Roraima (SJRR)** e do órgão participante **1ª Brigada de Infantaria de Selva/RR**, integrante do Comando do Exército.

### 2. ESCOPO E ESPECIFICAÇÕES

Os itens e quantitativos totais, discriminados por órgão participante, são os seguintes:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade SJRR	Quantidade 1ª Bda Inf Selva/RR	TOTAL
1	Garrafa térmica, formato cilíndrico, material aço inoxidável, capacidade 1000ml, tamanhos aproximados( $\pm 10\%$ ) de diâmetro 90mm, altura 322mm, características adicionais com tampa rosqueável, em plástico atóxico na cor preto, trava de segurança, em pressão(sistema serve-jato). Ampola material em vidro substituível, sem falhas, sem rachaduras, com quantidade de 2 paredes, material das paredes de vidro com fina camada nitrato prata. Serve sem destampar.	Unidade	100	50	150
2	Caneca, inox, capacidade aproximada (+ ou - 15%) 2 litros, fervedor - caneca, material aço inoxidável, capacidade 2 litros, uso copa e cozinha, características adicionais fervedor.	Unidade	2	10	12
	Garfo de mesa em aço				

3	inoxidável de alto padrão, liso. Dimensões aproximadas (+ ou - 15%): comprimento 203 mm, espessura 2,50 mm.	Unidade	100	2.000	2.100
4	Faca de Mesa, em aço inox, Dimensões aproximadas (+ ou - 15%): 247x26x21 mm.	Unidade	100	2.000	2.100
5	Colher de mesa em inox, com espessura mínima de 1,0 mm, comprimento mínimo 19cm, cabo em inox, primeira linha.	Unidade	100	2.000	2.100
6	Colher em madeira, tratada para uso em alimentos. Dimensões aproximadas ( $\pm 20\%$ ) 35 x 7 x 1 cm.	Unidade	2	25	27
7	Colher em madeira, tratada para uso em alimentos. Dimensões aproximadas ( $\pm 20\%$ ) 60 x 10 x 1 cm.	Unidade	2	25	27
8	Acendedor automático de fogão(lume) para acender queimadores de distância segura. Substitui o uso do fósforo. Não gera chamas, apenas faíscas; indicado para: fornos, fogões, aquecedores, acender álcool líquido e álcool gel, etc.	Unidade	5	50	55
9	Caldeirão em alumínio nº 30 "com bordas viradas", cabo em alumínio, com tampa em alumínio, capacidade aproximada (+ ou - 15%) 20 litros.	Unidade	2	20	22
10	Faca para cortar pão em inox 7" (sete polegadas), cabo em propileno.	Unidade	2	20	22
11	Xícara com pires em porcelana branca, capacidade aproximada de 200 ml (+ ou - 20%), diâmetro aproximado de 8cm (+ ou - 20%).	Unidade	100	100	200

### **3. ÓRGÃOS PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS**

Nos termos do art. 82 e seguintes da Lei 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, integram a presente Ata de Registro de Preços, como órgãos participantes:

- **Seção Judiciária de Roraima (SJRR) - órgão gerenciador;**
- **1ª Brigada de Infantaria de Selva/RR - Comando do Exército - órgão participante.**

O órgão participante poderá realizar contratações diretas com os fornecedores registrados, respeitando os quantitativos e valores registrados, mediante prévia comunicação ao órgão gerenciador.

### **4. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

Além das obrigações já previstas, cabe ao órgão gerenciador (SJRR):

- a) Consolidar as demandas dos órgãos participantes;
- b) Gerir a Ata de Registro de Preços, incluindo eventuais renegociações;
- c) Informar aos participantes as ocorrências relevantes na execução da ata.

### **5. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE**

O órgão participante (1ª Brigada de Infantaria de Selva/RR) deverá:

- a) Indicar suas necessidades ao órgão gerenciador previamente à contratação;
- b) Realizar a fiscalização e o recebimento dos materiais entregues em seu endereço;
- c) Efetuar o pagamento diretamente ao fornecedor, com recursos próprios, mediante empenho específico;
- d) Observar os prazos e condições da ata, sob pena de responsabilidade;
- e) Manter regularidade fiscal e trabalhista quando realizar contratação direta.

### **6. LOCAL DE ENTREGA**

As entregas deverão ser realizadas nos seguintes endereços, conforme a origem da demanda:

#### **a) Seção Judiciária de Roraima (SJRR):**

Av. Getúlio Vargas, 3999 - Bairro Canarinho - CEP 69306-545 - Boa Vista - RR

#### **b) 1ª Brigada de Infantaria de Selva/RR (Comando do Exército):**

Rua Marquês de Pombal, Quadra 1, 13 de Setembro - Bairro Centro - CEP 69308481 - Boa Vista - RR

### **7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA**

Este Termo de Referência observa os arts. 6º, 18, 40 e 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 11.462/2023 (SRP), IN SEGES/MGI nº 73/2022, Decreto nº 10.024/2019 e IN SEGES/ME nº 65/2021.

### **8. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E ALINHAMENTO**

## **INSTITUCIONAL**

Os materiais de copa e cozinha são essenciais para o funcionamento da **Seção Judiciária de Roraima - JFRR**, sendo utilizados no preparo e serviço de bebidas e pequenas refeições em audiências, júris, reuniões administrativas e eventos oficiais. Trata-se de demanda recorrente e de quantitativo variável, cuja contratação por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, proporcionando maior eficiência, economicidade e planejamento das aquisições. A contratação está alinhada ao Plano Estratégico Institucional - PLANEST 2021-2026.

No que se refere ao **órgão participante 1ª Brigada de Infantaria de Selva/RR**, os materiais de copa e cozinha são igualmente indispensáveis ao adequado desenvolvimento das atividades administrativas, operacionais e institucionais da unidade militar, sendo empregados no preparo e fornecimento de bebidas e pequenas refeições em reuniões, instruções, solenidades militares, eventos oficiais e demais atos de representação institucional. A necessidade possui caráter permanente, recorrente e com variação de consumo, enquadrando-se na sistemática do Sistema de Registro de Preços, conforme a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 11.462/2023, contribuindo para a racionalização de recursos, eficiência logística e continuidade das atividades públicas.

### **9. MODELO DE EXECUÇÃO**

A contratação ocorrerá sob demanda, mediante emissão de nota de empenho. O prazo máximo de entrega é de 30 dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho pela contratada.

### **10. REQUISITOS DA SOLUÇÃO**

Os materiais devem ser novos, de primeira qualidade, conforme especificações técnicas descritas neste Termo.

### **11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

Haverá gestor e fiscais designados conforme Decreto nº 11.246/2022.

### **12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

A medição será por unidade entregue, com ateste separado por órgão contratante. Cada órgão será responsável pelo recebimento provisório e definitivo dos itens que contratar, conforme art. 140 da Lei 14.133/2021.

### **13. SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

Pregão Eletrônico, menor preço por item. Aplicação de benefícios ME/EPP conforme LC 123/2006.

### **14. ESTIMATIVA DE PREÇOS**

A estimativa de preços e os quantitativos totais (incluindo o órgão participante) estão consolidados em planilha apartada, elaborada nos termos da IN SEGES/ME nº 65/2021. As cotações consideraram a capacidade de fornecimento para atender à demanda conjunta.

### **15. VIGÊNCIA E FORNECIMENTO PARA PARTICIPANTES**

A ata terá vigência de 12 meses, prorrogável uma vez por igual período. O fornecimento para o órgão participante ocorrerá sob demanda, observados os mesmos prazos e condições estabelecidos para o órgão gerenciador.

O registro não obriga a contratar e as contratações ocorrerão sob demanda, conforme art. 83 da Lei 14.133/2021 e regras do Decreto nº 11.462/2023.

### **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Cumprir integralmente especificações e prazos;
- b) Responder por danos causados;
- c) Manter regularidade no SICAF e requisitos sanitários;.

## **17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a) Indicar locais, datas e quantitativos com antecedência;
- b) Proceder aos atestes e pagamentos nos prazos legais;
- c) Fiscalizar a execução conforme o Decreto nº 11.246/2022.

## **18. SANÇÕES**

Aplicam-se as sanções administrativas dos arts. 154 a 159 da Lei 14.133/2021 (advertência, multa, impedimento de licitar/contratar e declaração de inidoneidade), observados o contraditório e a ampla defesa.

## **19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

19.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 090039/00001;
- II) Fonte de Recursos: 1000000000;
- III) Programa de Trabalho: 02061003342570001 (PTRES 168312);
- IV) Elemento de Despesa: 4.4.90.52.52 (Utensílios de copa e cozinha).

As despesas do órgão participante correrão à conta de suas próprias dotações orçamentárias, sob sua exclusiva responsabilidade.

## **ANEXO**

Estudo Técnico Preliminar [24745843](#).



Documento assinado eletronicamente por **Altino da Silva Neto, Supervisor(a) de Seção**, em 04/05/2026, às 14:01 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **25043594** e o código CRC **F861F3BB**.

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026-000 SRP

1 - Itens da Licitação

1 - Garrafa térmica

**Descrição Detalhada:** Garrafa Térmica Material: Aço Inoxidável, Capacidade: 1L, Cor: Não Aplicável, Altura: 322MM, Comprimento: 120MM, Largura: 90MM

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Quantidade Total:** 150 **Quantidade Mínima Cotada:** 150

**Critério de Julgamento:** Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

**Valor Unitário (R\$):** 125,79

**Unidade de Fornecimento:** Unidade **Quantidade Máxima para Adesões:** 300

**Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):** 0,01

**Local de Entrega (Quantidade):** Boa Vista/RR (150)

2 - Caneco de metal

**Descrição Detalhada:** Caneco De Metal Material: Alumínio, Capacidade: 2 A 3L, Material Cabo: Baquelite, Características Adicionais: Tipo Fervedor

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Quantidade Total:** 12 **Quantidade Mínima Cotada:** 12

**Critério de Julgamento:** Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

**Valor Unitário (R\$):** 118,90

**Unidade de Fornecimento:** Unidade **Quantidade Máxima para Adesões:** 24

**Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):** 0,01

**Local de Entrega (Quantidade):** Boa Vista/RR (12)

3 - Garfo mesa

**Descrição Detalhada:** Garfo Mesa Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Tipo: Sobremesa

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Quantidade Total:** 2100 **Quantidade Mínima Cotada:** 2100

**Critério de Julgamento:** Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

**Valor Unitário (R\$):** 3,88

**Unidade de Fornecimento:** Unidade **Quantidade Máxima para Adesões:** 4200

**Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):** 0,01

**Local de Entrega (Quantidade):** Boa Vista/RR (2100)

4 - Faca

**Descrição Detalhada:** Faca Material Lâmina: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Tamanho: 257 X 26 X 3 Mm, Aplicação: Mesa, Tipo: Serrilhada

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Quantidade Total:** 2100 **Quantidade Mínima Cotada:** 2100

**Critério de Julgamento:** Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

**Valor Unitário (R\$):** 2,89

**Unidade de Fornecimento:** Unidade **Quantidade Máxima para Adesões:** 4200

**Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):** 0,01

**Local de Entrega (Quantidade):** Boa Vista/RR (2100)

**5 - Colher**

**Descrição Detalhada:** Colher Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Aplicação: Sobre mesa, Características Adicionais: Personalizada Conforme Modelo, Comprimento: 15CM

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Quantidade Total:** 2100

**Quantidade Mínima Cotada:** 2100

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Critério de Valor:** Valor Estimado

**Valor Unitário (R\$):** 3,68

**Unidade de Fornecimento:** Unidade

**Quantidade Máxima para Adesões:** 4200

**Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):** 0,01

**Local de Entrega (Quantidade):** Boa Vista/RR (2100)

**6 - Colher**

**Descrição Detalhada:** Colher Tamanho: Grande, Tipo: Sopa, Material Corpo: Aço Inoxidável

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Quantidade Total:** 27

**Quantidade Mínima Cotada:** 27

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Critério de Valor:** Valor Estimado

**Valor Unitário (R\$):** 12,52

**Unidade de Fornecimento:** Unidade

**Quantidade Máxima para Adesões:** 54

**Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):** 0,01

**Local de Entrega (Quantidade):** Boa Vista/RR (27)

**7 - Colher**

**Descrição Detalhada:** Colher Tamanho: Grande, Material Corpo: Plástico, Aplicação: Refeição

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Quantidade Total:** 27

**Quantidade Mínima Cotada:** 27

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Critério de Valor:** Valor Estimado

**Valor Unitário (R\$):** 17,96

**Unidade de Fornecimento:** Unidade

**Quantidade Máxima para Adesões:** 54

**Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):** 0,01

**Local de Entrega (Quantidade):** Boa Vista/RR (27)

**8 - Acendedor fogão**

**Descrição Detalhada:** Acendedor Fogão Tipo: Manual, Material: Alumínio, Características Adicionais: Acionado Por Tecla, Gera Só Faísca, Selo Inmetro

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Quantidade Total:** 55

**Quantidade Mínima Cotada:** 55

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Critério de Valor:** Valor Estimado

**Valor Unitário (R\$):** 17,32

**Unidade de Fornecimento:** Unidade

**Quantidade Máxima para Adesões:** 110

**Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):** 0,01

**Local de Entrega (Quantidade):** Boa Vista/RR (55)

**9 - Caldeirão**

**Descrição Detalhada:** Caldeirão Material: Alumínio, Capacidade: 48L, Características Adicionais: Com Tampa E Alças Reforçadas, Nº 40, Espessura: 5MM

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Quantidade Total:** 22

**Quantidade Mínima Cotada:** 22

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Critério de Valor:** Valor Estimado

**Valor Unitário (R\$):** 146,17

**Unidade de Fornecimento:** Unidade

**Quantidade Máxima para Adesões:** 44

**Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):** 0,01

**Local de Entrega (Quantidade):** Boa Vista/RR (22)

**10 - Faca**

**Descrição Detalhada:** Faca Material Lâmina: Aço Inoxidável, Material Cabo: Policarbonato Injetado, Tamanho: 10POL

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Quantidade Total:** 22

**Quantidade Mínima Cotada:** 22

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Critério de Valor:** Valor Estimado

**Valor Unitário (R\$):** 23,99

**Unidade de Fornecimento:** Unidade

**Quantidade Máxima para Adesões:** 44

**Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):** 0,01

**Local de Entrega (Quantidade):** Boa Vista/RR (22)

**11 - Xícara**

**Descrição Detalhada:** Xícara Material: Porcelana, Tipo: Chá, Cor: Branca, Capacidade: 200ML, Características Adicionais: Com Pires

**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Quantidade Total:** 200

**Quantidade Mínima Cotada:** 200

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Critério de Valor:** Valor Estimado

**Valor Unitário (R\$):** 92,05

**Unidade de Fornecimento:** Unidade

**Quantidade Máxima para Adesões:** 400

**Intervalo Mínimo entre Lances (R\$):** 0,01

**Local de Entrega (Quantidade):** Boa Vista/RR (200)